

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – DIPE

1º EDITAL DE RERRATIFICAÇÃO AO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2026 – TCESP, DE 3 DE JULHO DE 2026

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, pelo seu Vice-Presidente, Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público, no exercício de suas atribuições regimentais e tendo presente o deliberado pelo Egrégio Plenário, **TORNA PÚBLICO** o edital de rerratificação ao edital de abertura:

1 – **onde se lê:**

3.1. Os cargos, a formação acadêmica, o total de vagas, a atribuição, a carga horária e a remuneração mensal são os estabelecidos a seguir:

Cargo	Formação Acadêmica/Requisito	Vagas	Atribuição	Carga Horária	Remuneração
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - DIPE	Diploma de conclusão de curso de nível superior, em grau de bacharel em CIÊNCIAS ATUARIAIS	2	Prestar serviços exclusivamente na área do Departamento de Instrução Processual Especializada – DIPE, elaborando e desenvolvendo estudos e análises processuais especializadas, relacionadas à sua área de formação acadêmica, de forma a instruir com as necessárias informações técnicas a tomada de decisões	40h	R\$ 20.940,20
	Diploma de conclusão de curso de nível superior, em grau de bacharel em CIÊNCIAS CONTÁBEIS	11			
	Diploma de conclusão de curso de nível superior, em grau de bacharel em CIÊNCIAS ECONÔMICAS	10			
	Diploma de conclusão de curso de nível superior, em grau de bacharel em DIREITO	10			
	Diploma de conclusão de curso de nível superior, em grau de bacharel em ENGENHARIA CIVIL	12			
	Diploma de conclusão de curso de nível superior, em grau de bacharel em cursos de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) com as seguintes denominações ou equivalentes: Análise de Sistemas; Ciência da/de Computação; Ciência em Informática; Computação; Informática; Processamento de Dados; Sistemas de Informação; Engenharia de Computação; Engenharia de Informação; Engenharia de Processamento de Dados; Engenharia de Produção de Software; Engenharia de Software; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Processamento de Dados	5			

Leia-se:

3.1. Os cargos, a formação acadêmica, o total de vagas, a atribuição, a carga horária e a remuneração mensal são os estabelecidos a seguir:

Cargo	Formação Acadêmica/Requisito			Carga	Remuneração
-------	------------------------------	--	--	-------	-------------

		Vagas	Atribuição	Horária	
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - DIPE	Diploma de conclusão de curso de nível superior, em grau de bacharel em CIÊNCIAS ATUARIAIS	2	Prestar serviços exclusivamente na área do Departamento de Instrução Processual Especializada – DIPE, elaborando e desenvolvendo estudos e análises processuais especializadas, relacionadas à sua área de formação acadêmica, de forma a instruir com as necessárias informações técnicas a tomada de decisões	40h	R\$ 20.940,20
	Diploma de conclusão de curso de nível superior, em grau de bacharel em CIÊNCIAS CONTÁBEIS	11			
	Diploma de conclusão de curso de nível superior, em grau de bacharel em CIÊNCIAS ECONÔMICAS	10			
	Diploma de conclusão de curso de nível superior, em grau de bacharel em DIREITO	10			
	Diploma de conclusão de curso de nível superior, em grau de bacharel em ENGENHARIA CIVIL	12			
	Diploma de conclusão de curso de nível superior, em grau de bacharel em cursos de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) com as seguintes denominações ou equivalentes: Análise de Sistemas; Ciência da/de Computação; Ciência em Informática; Computação; Informática; Processamento de Dados; Sistemas de Informação; Engenharia de Computação; Engenharia de Informação; Engenharia de Processamento de Dados; Engenharia de Produção de Software; Engenharia de Software.	5			

2 – Leia-se como segue e não como constou:

4 - DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições para o Concurso Público estarão abertas do dia **13 de julho de 2026** até o dia **20 de agosto de 2026**.

4.1.1.O valor da taxa de inscrição será de **R\$ 115,00 (cento e quinze reais)**.

4.2. Para efetuar a inscrição, o interessado deverá acessar, via Internet, o site www.vunesp.com.br/TCSP2501, consoante seguintes observações:

- Acessar o endereço eletrônico a partir das **10h** do dia **13 de julho de 2026** até as **23h59** do dia **20 de agosto de 2026**, de acordo com o horário oficial de **Brasília-DF**;
- preencher o requerimento de inscrição que será exibido, sendo imprescindível o número de Cadastro de

Pessoa Física (CPF) do candidato, e, em seguida, enviá-lo de acordo com as respectivas instruções;

- c) o envio do requerimento de inscrição gerará automaticamente o boleto de pagamento da taxa de inscrição, que deverá ser impresso e pago em qualquer agência bancária ou por meio eletrônico, sendo de inteira responsabilidade do candidato a impressão e guarda do comprovante de inscrição;
- d) o requerimento de inscrição será cancelado caso o pagamento da taxa (boleto) não seja efetuado até o dia **21 de agosto de 2026**, primeiro dia útil subsequente ao último dia do período destinado ao recebimento de inscrições;
- e) após a confirmação da inscrição pela FUNDAÇÃO VUNESP, o comprovante estará disponível no endereço eletrônico: www.vunesp.com.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção e guarda desse documento;
- f) após as **23h59** do dia **20 de agosto de 2026**, não será mais possível acessar o formulário de requerimento de inscrição;
- g) os candidatos inscritos poderão reimprimir o boleto, caso necessário, no máximo até as **18h** do dia **21 de agosto de 2026**, quando esse recurso será retirado do site da FUNDAÇÃO VUNESP.

4.3. O candidato somente poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer banco, por meio de boleto emitido pela FUNDAÇÃO VUNESP, gerado ao término do processo de inscrição.

4.4. A FUNDAÇÃO VUNESP e o TCESP não se responsabilizarão por requerimento de inscrição que não tenha sido recebido, por fatores de ordem técnica dos computadores, os quais impossibilitem a transferência dos dados e/ou causem falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de transmissão de dados.

4.5. O pagamento da taxa de inscrição após o dia **21 de agosto de 2026**, a realização de qualquer modalidade de pagamento que não seja pela quitação do boleto bancário e/ou o pagamento de valor distinto do estipulado neste Edital implicam o cancelamento da inscrição.

3 – Leia-se como segue e não como constou:

6.1. Pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas ou nas categorias discriminadas no art. 2º da Lei nº 13.146/2015, no art. 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações do Decreto nº 5.296/2004, no §1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (transtorno do espectro autista) e nas Lei Federais nº 14.126/2021 (visão monocular) e nº 14.768/2023 (surdez unilateral), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949/2009.

4 – Leia-se como segue e não como constou:

7.6.3. O resultado da solicitação para inclusão de nome social será disponibilizado na Área do Candidato a partir de **02 de setembro de 2026**.

7.7. Na data provável de **02 de setembro de 2026**, será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, acessível pelo site: <https://doe.tce.sp.gov.br>, e divulgada pela Internet no endereço eletrônico: www.vunesp.com.br, a relação de candidatos que tiverem deferidos ou indeferidos os pedidos de atendimento especial para a realização das provas.

8.7. A relação dos candidatos autodeclarados negros será divulgada no endereço eletrônico:

www.vunesp.com.br no dia **02/09/2026**.

5 – Leia-se como segue e não como constou:

9.6.1. As provas serão assim distribuídas:

CARGOS	PROVA OBJETIVA
Auditor de Controle Externo – DIPE	Especialidade Ciências Atuariais Prova Objetiva Conhecimentos Gerais = 20 questões - Língua Portuguesa: 12 - Raciocínio Lógico: 4 - Ética Pública e Integridade: 2 - Legislação: 2 Conhecimentos Específicos = 60 questões Prova Escrita Estudo de Caso = 2 questões
	Especialidade Ciências Contábeis Prova Objetiva Conhecimentos Gerais = 20 questões - Língua Portuguesa: 12 - Raciocínio Lógico: 4 - Ética Pública e Integridade: 2 - Legislação: 2 Conhecimentos Específicos = 60 questões Prova Escrita Estudo de Caso = 2 questões
	Especialidade Ciências Econômicas Prova Objetiva Conhecimentos Gerais = 20 questões - Língua Portuguesa: 12 - Raciocínio Lógico: 4 - Ética Pública e Integridade: 2 - Legislação: 2 Conhecimentos Específicos = 60 questões Prova Escrita Estudo de Caso = 2 questões
	Especialidade Direito Prova Objetiva Conhecimentos Gerais = 20 questões - Língua Portuguesa: 12 - Raciocínio Lógico: 4 - Ética Pública e Integridade: 2 - Legislação: 2 Conhecimentos Específicos = 60 questões Prova Escrita Estudo de Caso = 2 questões

Auditor de Controle Externo – DIPE	Especialidade Engenharia Civil Prova Objetiva Conhecimentos Gerais = 20 questões - Língua Portuguesa: 12 - Raciocínio Lógico: 4 - Ética Pública e Integridade: 2 - Legislação: 2 Conhecimentos Específicos = 60 questões Prova Escrita Estudo de Caso = 2 questões
	Especialidade Tecnologia da Informação (TI) Prova Objetiva Conhecimentos Gerais = 20 questões - Língua Portuguesa: 12 - Raciocínio Lógico: 4 - Ética Pública e Integridade: 2 - Legislação: 2 Conhecimentos Específicos = 60 questões Prova Escrita Estudo de Caso = 2 questões

6 – Leia-se como segue e não como constou:

9.23. O valor total da prova escrita será de 40 (quarenta) pontos, assim distribuídos:

- a) questão 01: 20 (vinte) pontos;
- b) questão 02: 20 (vinte) pontos.

9.23.1. Será considerado aprovado na prova escrita, o candidato que somar a pontuação mínima de 24 (vinte e quatro) pontos, sendo que o candidato que não obtiver a pontuação mínima necessária será excluído do Concurso.

7 – Leia-se como segue e não como constou:

14.4.1.12. Para o Servidor ou Empregado Público:

14.4.1.12.1. Declaração atualizada do órgão/empresa a que esteja vinculado, ou último órgão/empresa a que tenha sido vinculado, informando se o nomeado sofreu ou não penalidades administrativas no exercício de emprego, cargo ou função pública, discriminando-se, em caso positivo: quais as penalidades; quais as datas em que foram aplicadas; suas respectivas datas de publicação, no periódico oficial;

14.4.1.12.2. Certidão que informe as datas de ingresso/admissão e exoneração/demissão (se já tiver ocorrido), o regime previdenciário em que esteve enquadrado, se as contribuições previdenciárias estavam, ou não, limitadas ao teto do RGPS e se houve opção, ou não, pelo Regime de Previdência Complementar;

8 – Leia-se como segue e não como constou:

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Toda legislação e jurisprudência devem ser consideradas com as alterações e atualizações vigentes até a data da publicação do Edital de Abertura de Inscrições. Legislação e julgados com entrada em vigor após a publicação do Edital de Abertura de Inscrições poderão ser utilizados, quando supervenientes ou complementares a algum tópico já previsto ou indispensável à avaliação para o cargo. Todos os temas englobam também a legislação que lhes é pertinente, ainda que não expressa no conteúdo programático.

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

• Para os cargos de **Auditor de Controle Externo – DIPE – Especialidade: Ciências Atuariais, Auditor de Controle Externo – DIPE – Especialidade: Ciências Contábeis, Auditor de Controle Externo – DIPE – Especialidade: Ciências Econômicas, Auditor de Controle Externo – DIPE – Especialidade: Direito, Auditor de Controle Externo – DIPE – Especialidade: Engenharia Civil e Auditor de Controle Externo – DIPE – Especialidade: Tecnologia da Informação.**

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa: Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários). Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção – emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Crase.

Raciocínio Lógico e Analítico: Relações reais ou fictícias entre pessoas, lugares ou objetos, abordando: Estruturas Lógicas – conceito de proposição, operações e seus valores lógicos (negação, conjunção, disjunção inclusiva, condicional e bicondicional), quantificadores universais, existenciais e negação de proposições com quantificadores. Lógica de Argumentação – conceito de argumento, argumentos válidos fundamentais e regras de inferência, dedução de informações a partir de afirmações fornecidas e utilizando-se as regras de inferência. Raciocínio Sequencial – resolução de situações envolvendo sequências numéricas ou figurais.

Ética Pública e Integridade: Ética no serviço público. Código de Ética da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo (Decreto Estadual nº 69.328/2025). Código de Ética do TCE-SP; Lei de Conflito de Interesses (Lei Federal nº 12.813/2013); Prevenção à corrupção. Convenção da ONU contra a Corrupção (UNCAC). Princípios de integridade em contratações públicas (OCDE); *Compliance* público. Programa de integridade na Administração Pública. Plano Estadual de Promoção de Integridade (Decreto Estadual nº 67.683/2023).

Legislação: Lei Complementar Estadual nº 709/93; Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Instruções nº 1/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira: artigos 70 a 75 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Dos deveres, das proibições e das responsabilidades - Lei nº 10.261/1968; NBASP Princípios Fundadores: 1 - Declaração de Lima de Diretrizes para Preceitos de Auditoria. NBASP Princípios Basilares: 10 - Independência dos Tribunais de Contas. 12 - Valor e Benefício dos Tribunais de Contas – Fazendo a diferença na vida dos cidadãos. 20 - Transparência e Accountability. 50 - Princípios das Atividades Jurisdicionais dos Tribunais de Contas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Auditor de Controle Externo – DIPE – Especialidade: Ciências Atuariais

Conhecimentos Específicos: Estatística: Cálculo de probabilidades. Distribuição de frequência; Variáveis aleatórias discretas e contínuas; Distribuição de probabilidades; Esperança matemática; Variância; Desvio padrão; Função de distribuição acumulada; Distribuições de Bernouille, binomial, multinomial e de Poisson. Função densidade de probabilidade; Mediana; Distribuição uniforme, Exponencial, Normal, Log-normal. Estimação de parâmetros: Intervalos de confiança; Estimação da média de uma população; Distribuição “t” de Student; Estimação da proporção em uma população; Determinação do tamanho de uma amostra para estimação da média e da proporção de uma população. Matemática Financeira: Juros simples e compostos: capitalização e desconto. Taxas de juros: nominal, efetiva e equivalente. Rendas uniformes e variáveis. Planos de amortização de empréstimos e financiamentos. Investimento: Conceitos básicos de investimento: Fluxo de caixa, Taxa de atratividade e Taxa interna de retorno; Valor presente líquido; Índice de lucratividade, Expectativa de retorno dos investimentos, Apreçamento de ativos financeiros, Risco de mercado, Risco de Liquidez, Risco sistêmico; Tipos de alocação de recursos permitidas pela legislação vigente: renda fixa, renda

variável, investimentos no exterior; investimentos estruturados; fundos imobiliários; empréstimos consignados, aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social – RPPS (Resolução CMN nº 5.272 de 18/12/2025); Políticas de investimento de RPPS: Perfis de investimento, Diferenças de gestão de investimentos para planos de benefício definido, contribuição variável e contribuição definida, *Assets and Liabilities Management*; Cenário Macroeconômico, Meta atuarial, Melhores práticas de governança corporativa para a gestão de investimentos. Atuária: Avaliação atuarial. Métodos Atuariais. Premissas e hipóteses atuariais. Rendas aleatórias: Rendas vitalícias constantes; Rendas imediatas antecipadas e postecipadas; Rendas diferidas; Rendas temporárias; Rendas variáveis em progressão aritmética; Rendas variáveis em progressão geométrica; Rendas de ativos e inválidos; Fracionamento de rendas. Tipos de plano: benefício definido; contribuição definida; contribuição variável. Reservas Matemáticas: Métodos de cálculo individual da reserva matemática (métodos prospectivo, retrospectivo e recorrência); Métodos de custeio para cálculo de provisões matemáticas: método agregado, entrada a idade normal, crédito unitário tradicional, crédito unitário projetado; Reserva de benefícios a conceder; Reserva e benefícios concedidos; Reserva Especial para revisão de plano; Reserva de Contingência. Custos atuariais: custo normal e suplementar. Apuração de resultado: déficit e superávit. Fundo de Oscilação de Riscos. Ativo Real Líquido: conceito e composição. Demonstrativo de resultados da avaliação atuarial. Nota Técnica Atuarial. Fluxo de Caixa atuarial. Saldamento de planos. Migração entre planos. Retirada de Patrocínio. Regimes Financeiros: Regime de capitalização; Regime de capitais de cobertura; Regime de repartição simples. Rotatividade e Entradas de Gerações Futuras. Contabilidade: Princípios contábeis aplicados à contabilidade pública: entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, atualização monetária competência, prudência; Usuários da informação contábil: usuários internos; usuários externos; Aspectos gerais da contabilidade: ativos, passivos, patrimônio líquido, patrimônio social, receitas, despesas, ganhos, perdas, lucro; Provisões: elementos de incerteza, reconhecimento das provisões (provável, possível, remoto), diferenças entre provisões e passivos acumulados, subestimação de provisões, superestimação de provisões; Demonstrações contábeis: Balanço financeiro/patrimonial, balancetes, balanço orçamentário, demonstração das variações patrimoniais, notas explicativas. Direito Previdenciário: Seguridade social: Conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização e princípios. Custeio da seguridade social: Receitas, contribuições sociais, salário-de-contribuição. Regime geral de previdência social. Regime próprio de previdência dos servidores públicos. Legislação Específica para Regimes Próprios: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005, nº 70/2012 e nº 103/2019 – Reforma da Previdência. Lei Federal nº 9.717/1998 e alterações. Lei Federal nº 9.796/1999 e alterações. Lei Federal nº 10.887/2004 e alterações. Lei Complementar nº 101/2000 e alterações. Previdência complementar: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e respectivas emendas. Leis Complementares nº 108/2001 e nº 109/2001. Jurisprudência aplicada dos Tribunais Superiores.

Direito Administrativo: Conceito de Direito Administrativo. Origem. Bases ideológicas. Regime jurídico-administrativo. Função pública. Função administrativa. Função política ou de governo. Conceito de interesse público. Interesse primário e secundário. Regime jurídico administrativo. Princípios constitucionais do Direito Administrativo expressos e implícitos. Poderes da Administração Pública. Atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Lei Federal nº 13.726/2018. Organização administrativa. Órgãos públicos. Competências administrativas. Competências discricionárias e vinculadas: Conceito, fundamentos e limites da discricionariedade, mérito do ato administrativo, discricionariedade técnica, controle da discricionariedade. Centralização e descentralização administrativa. Desconcentração. Hierarquia administrativa. Delegação e avocação de competência. Administração Indireta. Conceito. Controle da Administração Indireta. Autarquias. Autarquias especiais. Agências executivas. Agências reguladoras. Fundações públicas. Fundações municipais. Empresas estatais: empresas públicas e sociedades de economia mista. Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016). Consórcios públicos. Contrato de rateio e de programa. Lei de Consórcios Públicos (Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto Federal nº 6.017/2007). Convênios entre entidades federativas. Acordos de cooperação. Terceiro setor. Conceito. Entes paraestatais. Serviços sociais autônomos. Organizações sociais. Contrato de gestão. Lei das Organizações Sociais (Lei Federal nº 9.637/1998). Organizações de sociedade civil de interesse público. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC (Lei Federal nº 13.019/2014). Termo de parceria. Lei das OSCIP (Lei Federal nº 9.790/1999 e Decreto Federal nº 3.100/1999). Convênios de saúde complementar ao SUS. Servidores públicos I. Conceito e classificação. Servidores estatais: servidores e empregados públicos. Normas constitucionais sobre os servidores estatais. Servidores públicos: conceito e regime jurídico. Remuneração dos servidores públicos. Acessibilidade aos cargos públicos. Concurso público. Processo seletivo público. Contratação temporária. Terceirização. Direito de greve e sindicalização dos servidores públicos. Cargos públicos. Estágio probatório. Estabilidade. Provimento. Remoção. Cessão de servidores. Enquadramento. Redistribuição. Direitos dos servidores municipais. Servidores públicos II. Aposentadoria dos servidores públicos. Aplicação subsidiária do Regime Geral. Regime próprio e previdência complementar. Deveres e proibições dos servidores públicos. Regime disciplinar dos servidores públicos. Sanções disciplinares. Processo administrativo disciplinar: apuração preliminar, sindicância, processo sumário, procedimento sumário, inquérito administrativo, inquérito administrativo especial, exoneração de servidor em estágio probatório. Responsabilidade civil dos servidores públicos. Competência regulamentar. Decreto executivo. Regulamentos de execução; regulamentos de complementação técnica; regulamentos impróprios. Outros veículos introdutórios de normas abstratas: resoluções, regimentos, portarias, instruções. Extinção dos regulamentos. Controle parlamentar e jurisdicional dos regulamentos. Atos administrativos. Ato administrativo e fato administrativo. Conceito, classificação, espécies de ato administrativo. Licenças e autorizações administrativas. Existência, validade e eficácia do ato administrativo. Elementos e pressupostos. Abuso de poder, excesso de poder e desvio de poder. Atributos. Extinção e modificação do ato administrativo.

Revogação. Retificação e invalidação. Convalidação. Efeitos dos vícios. Processo administrativo: conceito, requisitos, objetivos, fases, espécies, princípios do processo administrativo. Audiências e consultas públicas. Coisa julgada administrativa. Lei do Processo Administrativo Federal (Lei Federal nº 9.784/1999 e Lei Estadual nº 10.177/1998). Licitações públicas. Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021). Normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda (Lei Federal nº 12.232/2010). Contratos administrativos. Conceito, natureza jurídica. Peculiaridade e características dos contratos administrativos. Prazo e prorrogação do contrato. Formalidades, instrumento contratual. Eficácia. Extinção. Contratos administrativos. Controle preventivo das licitações realizado pelos Tribunais de Contas previsto na Lei nº 14.133/21. Diversas espécies de contratos administrativos. Administração pública locadora e locatária. Contratos privados da Administração. Convênios administrativos e instrumentos congêneres. Lei nº 14.133/21. Serviços públicos. Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade. Lei do Usuário de Serviços Públicos (Lei Federal nº 13.460/2017). Serviços de interesse local. Serviço público de educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Federal nº 9.394/1996). Serviço de saúde e direito sanitário. Lei do Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007). Sistema Único de Saúde. Lei do SUS (Lei Federal nº 8.080/1990). Concessão de serviço público. Conceito, natureza jurídica, remuneração do concessionário. Licitação das concessões. Contrato de concessão. Direitos, deveres e responsabilidade da concessionária e do poder concedente. Lei de Concessões de Serviços Públicos (Lei Federal nº 8.987/1995). Permissão e Autorização de serviço público. Parcerias Público-Privadas. Concessão administrativa. Licitação das parcerias. Regime de garantias. Regimes de empreitada. Responsabilidade do construtor e da Administração. Lei de Parcerias Público-Privadas – PPP (Lei nº 11.079/2004). Concessão patrocinada e concessão administrativa. Intervenção do Estado no domínio econômico. Infrações administrativas à ordem econômica. Regulação administrativa. Exploração de atividade econômica pelo Estado. Atividades privadas sob regime especial. Infrações e sanções administrativas. Providências acautelatórias. Multas administrativas. Poder de polícia. Ordenação administrativa. Relação geral e especial de sujeição. Responsabilidade das pessoas jurídicas. Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013). Intervenção do Estado na propriedade. Restrições, limitações e sacrifícios do direito de propriedade. Função social da posse e da propriedade. Desapropriação. Declaração de utilidade pública. Processo de desapropriação. Imissão provisória na posse. Justa indenização. Desistência da desapropriação. Desapropriação indireta. Retrocessão. Desapropriação de bens públicos. Perdimento de bens. Requisição. Servidão administrativa. Tombamento. Bens públicos. Conceito, classificação, afetação e desafetação, regime jurídico. Gestão de bens públicos. Utilização pelos administrados: autorização, permissão e concessão de uso. Concessão de direito real de uso. Enfitese. Abandono. Coisas perdidas. Bens de pessoas ausentes. Herança jacente e vacante. Alienação de bens públicos. Controle da Administração. Controle interno e externo. Controle parlamentar. Controle do Tribunal de Contas. Sustação de atos e contratos administrativos. Controle jurisdicional. Controle pelo cidadão e pelo Ministério Público. Responsabilidade civil do Estado. Indenização e ressarcimento. Responsabilidade estatal por atos lícitos e ilícitos. Responsabilidade estatal comissiva e omissiva. Excludentes de nexo causal e de imputação. Dano indenizável. Responsabilidade civil pessoal dos agentes públicos. Responsabilização administrativa e jurisdicional. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Responsabilidade dos Prefeitos. Lei da Responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores (Decreto-Lei nº 201/1967). Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942). Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Auditor de Controle Externo – DIPE – Especialidade: Ciências Econômicas

Conhecimentos Específicos: Microeconomia. Teoria do consumidor e sua fundamentação. Equilíbrio do consumidor. Alterações na posição de equilíbrio. A curva de demanda: derivações, elasticidades e deslocamentos. Teoria da empresa. Teoria da produção e dos custos: função de produção, rendimentos de escala e de fator. Elasticidade, substituição, custos de produção e detalhamentos. Curva da oferta: derivações, elasticidade e deslocamentos. Mercados, concorrência perfeita e imperfeita. Tipos, equilíbrios e estruturas. Macroeconomia. Contas nacionais. Grandes agregados: conceituação e derivações. Produto real versus produto nominal. Índices. Economia monetária. Evolução, formas, tipos e funções da moeda. Conceito de meios de pagamentos e base monetária. Teoria quantitativa da moeda. Bancos comerciais e a criação da moeda. Política monetária e o papel do Banco Central. Tipos e causas da Inflação. Noções de economia internacional. Conceituação e estrutura de balanço de pagamentos. Taxa de câmbio fixa e flutuante. Regimes cambiais. Política de ajuste do balanço de pagamentos. Determinação do nível de equilíbrio. Modelos clássico e keynesiano. Demanda e oferta agregada. Equilíbrio macroeconômico. Modelo IS-LM. Diversos multiplicadores dos gastos. Política Econômica e Finanças Públicas. Políticas de administração e ajuste de demanda. Políticas fiscal, monetária e cambial. Conceitos, objetivos e instrumentos. Noções de finanças públicas. Atribuições econômicas do Governo. Bens públicos e meritórios. Tributação e equidade, a curva de Laffer. Papel do Estado na economia. Análise da política de gastos. Conceitos e efeitos do déficit público e dívida pública. Execução orçamentária e os créditos adicionais. Economia do Setor Público. Classificação de bens: público, semipúblico e privado. Funções governamentais. Princípios gerais de tributação. Tendências gerais da evolução do gasto público no mundo. Cálculo do déficit público. Necessidades de financiamento do setor público (NFSP) nos conceitos nominal, operacional e resultado primário. Evolução da discussão sobre previdência social. Evolução da discussão sobre o sistema tributário. Evolução da discussão sobre Federalismo Fiscal. Regulação no Brasil. Metas fiscais desde 1998. Métodos quantitativos. Conceitos básicos de

probabilidade e estatística. Variáveis aleatórias. Distribuição de probabilidade. Distribuição de frequência. Distribuição acumulada. Estatística descritiva. Estimativa pontual e por intervalos. Testes de hipótese. Princípios de álgebra matricial. Regressão. Conceitos básicos e aplicações de números índices. Medidas de distribuição de renda e concentração industrial. Conhecimentos sobre atuária. Ética Profissional no Serviço Público.

Direito Administrativo: Conceito de Direito Administrativo. Origem. Bases ideológicas. Regime jurídico-administrativo. Função pública. Função administrativa. Função política ou de governo. Conceito de interesse público. Interesse primário e secundário. Regime jurídico administrativo. Princípios constitucionais do Direito Administrativo expressos e implícitos. Poderes da Administração Pública. Atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Lei Federal nº 13.726/2018. Organização administrativa. Órgãos públicos. Competências administrativas. Competências discricionárias e vinculadas: Conceito, fundamentos e limites da discricionariedade, mérito do ato administrativo, discricionariedade técnica, controle da discricionariedade. Centralização e descentralização administrativa. Desconcentração. Hierarquia administrativa. Delegação e avocação de competência. Administração Indireta. Conceito. Controle da Administração Indireta. Autarquias. Autarquias especiais. Agências executivas. Agências reguladoras. Fundações públicas. Fundações municipais. Empresas estatais: empresas públicas e sociedades de economia mista. Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016). Consórcios públicos. Contrato de rateio e de programa. Lei de Consórcios Públicos (Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto Federal nº 6.017/2007). Convênios entre entidades federativas. Acordos de cooperação. Terceiro setor. Conceito. Entes paraestatais. Serviços sociais autônomos. Organizações sociais. Contrato de gestão. Lei das Organizações Sociais (Lei Federal nº 9.637/1998). Organizações de sociedade civil de interesse público. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC (Lei Federal nº 13.019/2014). Termo de parceria. Lei das OSCIP (Lei Federal nº 9.790/1999 e Decreto Federal nº 3.100/1999). Convênios de saúde complementar ao SUS. Servidores públicos I. Conceito e classificação. Servidores estatais: servidores e empregados públicos. Normas constitucionais sobre os servidores estatais. Servidores públicos: conceito e regime jurídico. Remuneração dos servidores públicos. Acessibilidade aos cargos públicos. Concurso público. Processo seletivo público. Contratação temporária. Terceirização. Direito de greve e sindicalização dos servidores públicos. Cargos públicos. Estágio probatório. Estabilidade. Provimento. Remoção. Cessão de servidores. Enquadramento. Redistribuição. Direitos dos servidores municipais. Servidores públicos II. Aposentadoria dos servidores públicos. Aplicação subsidiária do Regime Geral. Regime próprio e previdência complementar. Deveres e proibições dos servidores públicos. Regime disciplinar dos servidores públicos. Sanções disciplinares. Processo administrativo disciplinar: apuração preliminar, sindicância, processo sumário, procedimento sumário, inquérito administrativo, inquérito administrativo especial, exoneração de servidor em estágio probatório. Responsabilidade civil dos servidores públicos. Competência regulamentar. Decreto executivo. Regulamentos de execução; regulamentos de complementação técnica; regulamentos impróprios. Outros veículos introdutórios de normas abstratas: resoluções, regimentos, portarias, instruções. Extinção dos regulamentos. Controle parlamentar e jurisdicional dos regulamentos. Atos administrativos. Ato administrativo e fato administrativo. Conceito, classificação, espécies de ato administrativo. Licenças e autorizações administrativas. Existência, validade e eficácia do ato administrativo. Elementos e pressupostos. Abuso de poder, excesso de poder e desvio de poder. Atributos. Extinção e modificação do ato administrativo. Revogação. Retificação e invalidação. Convalidação. Efeitos dos vícios. Processo administrativo: conceito, requisitos, objetivos, fases, espécies, princípios do processo administrativo. Audiências e consultas públicas. Coisa julgada administrativa. Lei do Processo Administrativo Federal (Lei Federal nº 9.784/1999 e Lei Estadual nº 10.177/1998). Licitações públicas. Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021). Normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda (Lei Federal nº 12.232/2010). Contratos administrativos. Conceito, natureza jurídica. Peculiaridade e características dos contratos administrativos. Prazo e prorrogação do contrato. Formalidades, instrumento contratual. Eficácia. Extinção. Contratos administrativos. Controle preventivo das licitações realizado pelos Tribunais de Contas previsto na Lei nº 14.133/21. Diversas espécies de contratos administrativos. Administração pública locadora e locatária. Contratos privados da Administração. Convênios administrativos e instrumentos congêneres. Lei nº 14.133/21. Serviços públicos. Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade. Lei do Usuário de Serviços Públicos (Lei Federal nº 13.460/2017). Serviços de interesse local. Serviço público de educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Federal nº 9.394/1996). Serviço de saúde e direito sanitário. Lei do Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007). Sistema Único de Saúde. Lei do SUS (Lei Federal nº 8.080/1990). Concessão de serviço público. Conceito, natureza jurídica, remuneração do concessionário. Licitação das concessões. Contrato de concessão. Direitos, deveres e responsabilidade da concessionária e do poder concedente. Lei de Concessões de Serviços Públicos (Lei Federal nº 8.987/1995). Permissão e Autorização de serviço público. Parcerias Público-Privadas. Concessão administrativa. Licitação das parcerias. Regime de garantias. Regimes de empreitada. Responsabilidade do construtor e da Administração. Lei de Parcerias Público-Privadas – PPP (Lei nº 11.079/2004). Concessão patrocinada e concessão administrativa. Intervenção do Estado no domínio econômico. Infrações administrativas à ordem econômica. Regulação administrativa. Exploração de atividade econômica pelo Estado. Atividades privadas sob regime especial. Infrações e sanções administrativas. Providências acautelatórias. Multas administrativas. Poder de polícia. Ordenação administrativa. Relação geral e especial de sujeição. Responsabilidade das pessoas jurídicas. Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013). Intervenção do Estado na propriedade. Restrições, limitações e sacrifícios do direito de propriedade. Função social da posse e da propriedade. Desapropriação. Declaração de utilidade pública. Processo de desapropriação. Imissão provisória na posse. Justa indenização. Desistência da desapropriação. Desapropriação indireta. Retrocessão. Desapropriação de bens públicos.

Perdimento de bens. Requisição. Servidão administrativa. Tombamento. Bens públicos. Conceito, classificação, afetação e desafetação, regime jurídico. Gestão de bens públicos. Utilização pelos administrados: autorização, permissão e concessão de uso. Concessão de direito real de uso. Enfitese. Abandono. Coisas perdidas. Bens de pessoas ausentes. Herança jacente e vacante. Alienação de bens públicos. Controle da Administração. Controle interno e externo. Controle parlamentar. Controle do Tribunal de Contas. Sustação de atos e contratos administrativos. Controle jurisdicional. Controle pelo cidadão e pelo Ministério Público. Responsabilidade civil do Estado. Indenização e ressarcimento. Responsabilidade estatal por atos lícitos e ilícitos. Responsabilidade estatal comissiva e omissiva. Excludentes de nexo causal e de imputação. Dano indenizável. Responsabilidade civil pessoal dos agentes públicos. Responsabilização administrativa e jurisdicional. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Responsabilidade dos Prefeitos. Lei da Responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores (Decreto-Lei nº 201/1967). Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942). Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Avaliação Econômica de Projetos e Ativos: Conceito de projeto de Investimentos. Etapas na elaboração de projetos. Avaliação de ativos. Abordagens para avaliação. Métodos de avaliação. Taxa interna de retorno. Taxas de desconto. Elaboração de premissas. Custo do capital próprio. Custo médio ponderado de capital. Prêmio de risco do mercado. Alavancagem financeira. Fluxo de caixa. Modelos de fluxos de caixa descontados. Análise dos demonstrativos financeiros. Análise de balanços. Custos e despesas operacionais. Depreciação. Amortização. Reinvestimentos.

Administração Financeira e Orçamentária: Federalismo Fiscal. Orçamento público: conceitos e princípios; Evolução conceitual do orçamento público; Orçamento-Programa: fundamentos e técnicas. Orçamento público no Brasil: Títulos I, IV, V e VI da Lei nº 4.320/1964. Orçamento na Constituição de 1988: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA). Leis de Créditos Adicionais. Emendas parlamentares ao Orçamento. Plano Plurianual (PPA): estrutura, base legal, objetivos, conteúdo, tipos de programas. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): objetivos, estrutura, base legal e conteúdo, Anexos de Metas Fiscais, Anexos de Riscos Fiscais, critérios para limitação de empenho. Classificações orçamentárias. Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes, segundo o MCASP. Ciclo orçamentário: elaboração da proposta, discussão, votação e aprovação da lei de orçamento. Execução orçamentária e financeira: estágios e execução da despesa pública e da receita pública. Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento. Regime de adiantamento.

9 – Leia-se como segue e não como constou:

ANEXO VI – CRONOGRAMA PREVISTO

Atividade	Data
Início das Inscrições	13/07/2026
Período de Pedido de Redução/Isenção da Taxa de Inscrição	De 13 a 17/07/2026
Divulgação do resultado do deferimento e indeferimento da Redução e Isenção da Taxa de Inscrição.	29/07/2026
Período de interposição de recurso referente ao indeferimento ao Taxa de Inscrição.	30 e 31/07/2026
Divulgação do resultado da análise dos recursos referente ao indeferimento ao Taxa de Inscrição.	07/08/2026
Término do Período de Inscrições.	20/08/2026
Vencimento do boleto bancário.	21/08/2026
Divulgação do deferimento das inscrições como deficiente, condições especiais, negros, nome social e/ou jurado.	02/09/2026
Período de interposição de recurso referente ao indeferimento das inscrições como deficiente, condições especiais, negros, nome social e/ou jurado.	03 e 04/09/2026
Divulgação do resultado dos recursos referentes às inscrições como deficiente, condições especiais, negros, nome social e/ou jurado.	18/09/2026
Publicação da convocação das provas.	25/09/2026
Aplicação da prova objetiva e escrita	11/10/2026
Publicação do gabarito.	14/10/2026
Período de interposição de recursos referentes ao gabarito.	15 e 16/10/2026
Publicação do resultado da nota da prova objetiva e relação dos candidatos habilitados que terão a prova escrita corrigida.	06/11/2026

Publicação do resultado dos recursos referentes ao gabarito.	06/11/2026
Período de interposição de recursos: - Contra a nota da prova objetiva	09 e 10/11/2026
Publicação do resultado dos recursos referentes à nota da prova objetiva.	27/11/2026
Publicação do resultado da nota da prova escrita	27/11/2026
Período de interposição de recursos: - Contra a nota da prova escrita;	30/11 e 01/12/2026
Publicação do resultado dos recursos referentes à nota da prova escrita	11/01/2027
Publicação da convocação para aplicação do procedimento de heteroidentificação	A definir
Publicação da convocação para realização de perícia médica na Diretoria de Perícias Médicas do Estado - DPME (PCD)	A definir
Aplicação do procedimento de heteroidentificação	A definir
Publicação do resultado do procedimento de heteroidentificação	A definir
Período de interposição de recursos referentes ao procedimento de heteroidentificação e contra a classificação prévia lista de negros	A definir
Publicação dos recursos referentes ao procedimento de heteroidentificação e classificação prévia das listas de concorrência geral, pcd e negros	A definir
Publicação do resultado da classificação final - lista geral, pcd e de negros	A definir

10 - Ficam ratificados todos os demais itens do Edital de Abertura nº 001/2026.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

Comissão do Concurso Público, aos 04 de agosto de 2026.

**Conselheiro Dimas Ramalho
Presidente da Comissão de Concurso**